

Machado, T. S. (2012). Risco ambiental e desenvolvimento na infância: justificando a Intervenção Precoce. *Psicologia, Educação e Cultura*, XVI (1), 146-165.

Risco ambiental e desenvolvimento na infância: justificando a Intervenção Precoce

Resumo

A *Intervenção Precoce (IP)*, enquanto prática destinada a promover condições de desenvolvimento que garantam a inclusão social de todas as crianças e suas famílias, é um projeto internacional envolvido na defesa da equidade de oportunidades desenvolvimentais na infância. O reconhecimento dos efeitos nefastos do risco ambiental no desenvolvimento esteve na origem da IP na infância e surge hoje reforçado face à instabilidade financeira de diversos países. Estudos recentes atualizam a defesa da adoção do modelo ecobiodesenvolvimental de Shonkoff e colaboradores, na investigação e intervenção em situações adversas na infância (nomeadamente no *risco ambiental*). As práticas de IP surgem reforçadas, com a abordagem transicional-ecológica a orientar as intervenções. Comentam-se, neste trabalho, os efeitos de algumas variáveis ligadas à parentalidade – em risco ambiental – enquanto exemplo do efeito das condições de adversidade no desenvolvimento na infância e suas repercussões a longo prazo.

Palavras-Chave: Risco ambiental, intervenção precoce, desenvolvimento, infância, família

Introdução

A importância das experiências dos primeiros anos de vida no desenvolvimento ulterior do sujeito não é nova, e longe de pressupor um determinismo estrito, chama a atenção para a abertura a múltiplas possibilidades, desde que o desenvolvimento não fique, desde o início, comprometido (Curtis e Nelson, 2003; Nelson, 2000; Shonkoff, 2009; 2010). Porém, muitas são as crianças que precocemente se encontram em situações desvantajosas, perigosas ou, sinteticamente, em *risco – biológico ou ambiental* – de não verem garantidas as condições necessárias ao desenvolvimento adequado. Foi pensando nelas que surgiram, nos anos 1960 nos EUA e finais dos anos 1980 em Portugal, os programas de *intervenção precoce*.

As questões que orientam a *intervenção precoce (IP)* na *infância* não encontram fronteiras nacionais, sendo comum o propósito de apoiar e proteger a *criança em risco* e

sua família, assim como se partilha a defesa de programas com equipas transdisciplinares (ISEI, 2010). Guralnick (2011) alerta para o efeito perverso do grande desenvolvimento contemporâneo da IP, que pode encobrir a saliência dos temas comuns e questões globais subjacentes à intervenção; revemos aqui algumas dessas questões em *risco ambiental*.

A importância e papel da IP é recorrente reforçada em simpósios internacionais que juntam profissionais diversos; em 2005, 19 países Europeus juntaram-se discutindo a IP, recordando que se trata de:

Um conjunto de serviços/recursos para crianças em idades precoces e suas famílias, que são disponibilizados quando solicitados pela família, num certo período da vida da criança, incluindo qualquer ação realizada quando a criança necessita de apoio especializado para: assegurar e incrementar o seu desenvolvimento pessoal; fortalecer as competências da própria família; e promover a inclusão social da família e da criança (EuroNews on Special Needs Education, 2006, p.1).

Ao focar questões fundamentais relativas às situações de *risco ambiental* na infância, retornamos à filosofia inicial da IP (nos EUA, nas décadas de 1960), conscientes que os tempos contemporâneos (e.g. “crise do Euro” na Europa e clivagens socioeconómicas marcadas nos países industrializados) (Chen, Hetzner, e Brooks-Gunn, 2010), favorecem o aumento de condições propícias às situações de *risco ambiental* que afectam o desenvolvimento (Shonkoff et al, 2012). Acresce o facto de nos períodos conturbados em termos económicos ser comum verificarem-se cortes financeiros nos sistemas sociais de apoio e protecção à infância (Abrams e Portwood, 2010). O impacto da pobreza na família repercute-se de modos diversos, intrincados e subtis, aumentando níveis de stresse que, por seu turno, interferem nos aspectos relacionais, aumentando níveis de hostilidade parental e conflitos que colocam a criança em risco (Galezewski, 2010; Garbarino e Ganzel, 2000). Os efeitos da “pobreza concentrada” (i.e., pobreza familiar associada a comunidades também elas empobrecidas), aumenta as desvantagens para as crianças, propiciando situações de maltrato e/ou negligência

(Schuck, 2005). As questões económicas têm um papel de relevo no impacto do *risco ambiental* pelo seu efeito *cumulativo*, sendo a infância o período mais vulnerável pelas implicações a longo prazo no desenvolvimento (Davies, 2011; Engle, 2010; Felner, 2006; Shonkoff et al., 2012).

A implementação do *Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância* (SNIPI), instituído com o Decreto-Lei nº 281/2009 (de 6 de Outubro), reintroduziu entre nós, a partir de reestruturações (nas Equipas Locais de Intervenção), em 2011, novos serviços. O SNIPI trabalha na confluência de três Ministérios: o do *Trabalho e da Solidariedade Social*, o da *Saúde* e o da *Educação*, conjugando a participação ativa da família e comunidade, respeitando deste modo as recomendações internacionais para a IP. A IP destina-se a crianças entre os 0 e 6 anos (Decreto-Lei nº 28/2009), a parceria com a família promove padrões de interação que facilitam o desenvolvimento da criança e a coordenação dos profissionais agiliza o acesso a serviços e/ou recursos da comunidade.

As intervenções de IP podem estender-se desde o diagnóstico pré-natal até à idade de entrada na escolaridade obrigatória (Moor, Waesberghe, Hosman, Jaeken, e Miedema, 1993); e embora, em rigor, não seja hábito considerar a intervenção pré-natal como fazendo parte da IP, as consequências psicológicas desta são tidas, para diferentes autores, como cumprindo a sua essência (Moor et al., 1993). A IP na infância fundamenta-se nos modelos desenvolvimentais, destacando a importância das experiências precoces e a grande maleabilidade no desenvolvimento nos primeiros anos (Guralnick, 2011). O risco ambiental é atribuído aos ambientes com privações que limitam as possibilidades da criança beneficiar de experiências significativas de aprendizagem e desenvolvimento (Moor, et al., 1993). Guralnick (2011) tem vindo a propor uma abordagem sistémica global – “*Developmental systems approach*” (DSA) –

como quadro unificador das práticas de IP, seguindo as orientações atuais que “contextualizam o desenvolvimento da criança e sua família no contexto amplo em que vivem” (Carpenter, Blackburn e Egerton, 2009). A intervenção centrada na família, as intervenções individualizadas e a coordenação entre serviços de suporte, são pontos-chave comuns às diversas intervenções (Guralnick, 2011).

Em termos latos, a IP na infância visa prevenir a exclusão social das crianças em risco; seja este risco inerente ao seu meio de pertença (risco ambiental), ou devido às características biológicas da criança (risco biológico). Ao intervir *na família* (e não apenas na criança) permite capacitar os membros que tratam da criança (pais, avós ou outros) a lidar com as suas particularidades, e do seu meio, que a colocam em risco (Moor et al., 1993; Powell, 2010). Ao intervir junto de outros cuidadores (e.g. avós), garante alternativas quando o cuidador principal não está em condições de cumprir o papel; conciliando a identificação do *risco* com a promoção de *proteção* (Dunst, 1993). Ajuda os cuidadores a lidar com problemas emocionais inerentes à situação de risco e garante-lhes acesso a informação privilegiada e serviços de apoio. O facto de permitir que um acontecimento anteriormente “definido” como irresolúvel ou avassalador passe a parecer “solucionável” pode fazer diferença na dinâmica familiar da criança em risco (McWilliam, 2003).

Fundamentação da IP em risco ambiental – os tentáculos da pobreza

O risco ambiental não deriva apenas da pobreza do meio, mas esta congrega e potencia muitas outras variáveis prejudiciais ao desenvolvimento, sendo as crianças pequenas as primeiras vítimas do seu efeito. Nos países industrializados, a pobreza está presente com novos contornos, e muitas crianças em situação de pobreza vêm sendo sinalizadas como estando em risco, associando-se-lhes maior probabilidade de sofrer

privações diversas e cumulativas (de alimentos, cuidados de saúde, cuidados parentais adequados e educação de qualidade), que comprometem o desenvolvimento (Chen, et al., 2010; Engle, 2010; Felner, 2006; Shonkoff, 2009; Shonkoff et al., 2012). Ao agir sobre as *condições do desenvolvimento*, a IP promove os factores protetores para que as crianças cumpram a escolaridade o que se traduzirá em menores riscos de desemprego, delinquência e/ou dependência de subsídios estatais (Powell, 2010; Sameroff, Gutman e Peck, 2003). Em termos de intervenção, “o aumento de factores de protecção tem o mesmo efeito que a redução de riscos porque eles referem-se à mesma dimensão, para a maioria das crianças, a maioria das vezes” (Sameroff et al., 2003, p. 378). Os investimentos na IP têm repercussões no imediato (e.g. alteração nas rotinas familiares e no comportamento da criança) e a longo prazo pela integração na sociedade. Questões relativas ao binómio custos *versus* ganhos estão sempre subjacente à justificação dos programas de IP e têm, recorrentemente, suscitado desacordos (Knapp, 2008; Powell, 2010); embora os “grandes programas de IP” que fazem história na intervenção em *risco ambiental* – o *Head Start*, o *Abecedarian Project* ou o *High/Scope Perry Preschool Project* – apresentem resultados encorajadores (Chen et al., 2010; Curtis e Nelson, 2003; Hagen e Lamb-Parker, 2008; Oden, Schweinhart e Weikart, 2000).

O *Head Start* – provavelmente o programa de IP mais conhecido e tornado o ícone da IP – foi criado em 1965 (como um programa de Verão para famílias com baixos rendimentos), mantendo-se até hoje, embora noutros moldes (Hagen e Lamb-Parker, 2008):

[...], o programa oferece serviços diversos e interligados, incluindo educação pré-escolar de qualidade, alimentação, cuidados de saúde e serviços sociais, a par com um grande envolvimento dos pais das crianças de famílias de baixos recursos económicos. O objectivo geral consiste em dotar as crianças pré-escolares, de famílias de baixos rendimentos, com mais competências sociais. Estas competências dizem respeito as capacidades para lidarem com as condições de vida e futuras responsabilidades escolares. Tem em conta a interpenetração entre o desenvolvimento cognitivo e social, físico e saúde mental, e necessidades nutricionais (Oden, et al., 2000, p.3).

O Head Start congrega assim diferentes domínios de intervenção (educação, saúde, envolvimento parental e serviços sociais), e é provavelmente o programa que tem sido mais avaliado sobre a sua eficácia (Oden et al., 2000). Os resultados a longo prazo sugerem que as crianças (famílias) que os seguiram tendem (relativamente às outras de igual meio que não o fizeram) a atingir níveis mais elevados de escolarização, são menos colocadas no ensino especial, têm menos reprovações e envolvem-se em menos actos anti-sociais mais tarde (Haskins, 1989; Oden et al., 2000; Powell, 2010).

A experiência continuada de programas como o *Head Start*, o *Abecedarian Project*, ou o *High/Scope Perry Preschool Project*, tem sugerido a necessidade de contemplar outras variáveis, para além dos motivos económicos, como critério de elegibilidade no risco ambiental (Ramey e Ramey, 1998). Já nas primeiras avaliações do Head Start, Haskins (1989) chamava a atenção para a necessidade de ter em conta a variável “grupo de crianças escolhidas” quando se avalia a eficácia dos programas. Na época, em comunidades com poucos recursos económicos, foram apenas as “mais desfavorecidas de todas” as crianças escolhidas, o que equivalia a que só cerca de 17%, das elegíveis, participassem no Head Start. As crianças que não participaram, mas serviram de “controlo” para avaliar os efeitos, eram, simultaneamente, as que não se encontravam em situações tão precárias – o que sugere que se pode ter subestimado os efeitos da participação no Head Start” nesses primeiros anos (Haskins, 1989, p. 278). A comparação entre o grupo do programa e grupo controlo mostrou a presença de mediadores dos efeitos (positivos/negativos) da IP, destacando *variáveis sociais* (acesso a ambientes mais estimulantes – e.g. escolas de qualidade, pares pró-sociais) e *variáveis familiares* (cuidados parentais); variáveis que passaram a ser contempladas (Powell, 2010; Rutter, 2004).

Os indicadores de risco associados às situações ambientais desfavoráveis – encarados como sinais precoces que poderão vir a comprometer o desenvolvimento – foram já validados pela epidemiologia. Seguindo a classificação de Petit (2004), salientamos, entre os factores de risco ambientais referidos pelo autor, os seguintes:

a) inerentes aos pais no período pré-natal: família separada, internamento dos futuros pais, ruptura com o pai da criança durante a gravidez, ruptura (da mãe) dos laços sociais ou afectivos durante a gravidez, gravidez adolescente, imigração recente, dificuldade social associada a ausência de formação profissional, reconhecimento tardio da gravidez, gravidez anterior não acompanhada, pedido de IVG não realizado, fratria numerosa; *b) relativamente à estadia na maternidade:* parto prematuro, parto mal vivido, depressão pós-parto, psicose puerperal, parto sob anonimato ou incerteza em relação ao conhecimento legal da criança, saída da maternidade contra opinião médica; *c) relativamente ao regresso a casa:* depressão materna, mulher abandonada depois do parto, alojamento precário mãe-criança, perturbações alimentares e/ou do sono da criança, desinteresse pela criança hospitalizada, abandono; *d) relativamente ao processo de custódia:* pedido de custódia tardio, em urgência ou de auxílio, instabilidade dos locais de acolhimento, consumo regular de calmantes, recusa de apresentação do boletim de saúde; *e) relativamente aos primeiros anos:* hospitalização prolongada, hospitalizações repetidas em diferentes serviços (sem visita), vestígios de maus tratos, negligência nos cuidados, necessidade de internamento social, separações, más condições de vida (Petit, 2004, pp.893-894).

Foram as situações de desvantagem social em crianças que impulsionaram o nascimento da IP, surgindo esta como resposta de cariz social, político e científico, nos EUA, nas décadas de 1960 e 1970, face às discussões sobre as implicações das *situações de desvantagem* das crianças de minorias (Ramey e Ramey, 1998). O mote inicial consistia em identificar as situações de risco de desenvolvimento para se poder intervir precocemente, minorando ou invertendo eventuais percursos desviantes. Embora alguns autores refiram excessos na época, ao documentar exclusivamente casos de comportamentos desviantes de minorias que viviam em situações de risco (nomeadamente as práticas parentais) (Coll e Magnuson, 2000), os programas iniciais preocupavam-se genuinamente com o efeito das condições de risco ambiental, e a “luta contra a pobreza” era o seu alvo (Hagen e Lamb-Parker, 2008).

A IP tem confirmado as teses desenvolvimentais que afirmam a plasticidade do desenvolvimento humano (Barbosa, 2007). A maturação do cérebro humano demora anos, isto significa que pode ser influenciado pelas transações estabelecidas com o meio, nomeadamente nos primeiros anos (Nelson, 2000; Shonkoff e Phillips, 2000; Shonkoff et al., 2012). “Ao longo dos primeiros anos de vida, particularmente até aos 3-4 anos, o cérebro está mais reativo às influências ambientais do que no desenvolvimento posterior. (...). Mas a plasticidade do jovem cérebro torna-o também mais vulnerável aos factores negativos, tais como cuidados negligentes, abusos, traumas e má nutrição” (Davies, 2011, p. 43). A importância dos primeiros anos na constituição do sujeito e o alto grau de mobilidade das formações psicopatológicas até à puberdade, são proposições que justificam a IP (Barbosa, 2007). Não é demais recordar que o risco biológico, surge, em tantos outros casos, a par com o risco ambiental (Engle, 2010; Rutter, 2004).

Desde os anos 1990s, nos EUA¹ (e presentemente na Europa) situações de desemprego crónico ou “sub-emprego” em grupos específicos (que os anglo-saxónicos designam de “underclass”) que vivem em grandes cidades “prósperas” constituem um novo desafio para os sistemas sociais (Edin e Kissane, 2010; Engle, 2010; Garbarino e Ganzel, 2000). Estas situações agudizam-se aumentando a disparidade entre países e no seio do mesmo país (Edin e Kissane, 2010; Engle, 2010). Para tal contribuem também alterações sociodemográficas como o aumento de famílias monoparentais, que se tornam mais vulneráveis. Embora não possamos generalizar a ideia de “risco” associada

¹ Tenha-se em conta que nos EUA – país onde, provavelmente, mais se publica sobre IP – não existem os sistemas de “segurança social” para todas as famílias com filhos pequenos, ao contrário do que se verifica noutros países, nomeadamente na Europa, e com particular “qualidade” nos países da Europa do Norte. Tal justificará, nos estudos norte-americanos, as correlações mais elevadas nas medidas entre nível médio de rendimentos e resultados desenvolvimentais e/ou desempenhos nas crianças (Davies, 2011; Garbarino e Ganzel, 2000). Os EU foram apontados como o país desenvolvido com maior percentagem relativa de crianças em situação de pobreza (26.3%, em 2001) (cit in Chen et al., 2010, p.118).

a famílias monoparentais nos tempos atuais (Edin e Kissane, 2010; Osofsky e Thompson, 2000), não se verificando tal associação em países nórdicos, como a Suécia, por exemplo (Chen et al., 2010). Tal não invalida que, estando a maioria das famílias monoparentais a cargo de mulheres, estas tendem (em termos globais e dependendo dos países) a ser pior pagas do que os homens e terem dificuldades em obter um emprego que lhes permita cuidar convenientemente das crianças pequenas. Acresce que os problemas de saúde física ou de desenvolvimento tendem a ser exacerbados pelas consequências da situação de pobreza. Conjugam-se múltiplas variáveis na mesma direção: mais problemas de saúde e/ou de desenvolvimento e menos meios económicos e sociais para os enfrentar (Dearing, Berry, e Zaslow, 2008; Engle, 2010; Felner, 2006). Os modelos atuais da parentalidade chamam precisamente a atenção para a interpenetração de variáveis relativas aos factores individuais dos pais, características da criança e contexto social alargado (Belsky e Jaffe, 2006). Em risco ambiental, as variáveis que dão forma a estas três dimensões tendem a conjugar-se na direção da disfuncionalidade ou fragilidade dos cuidados parentais. Instala-se um ciclo vicioso que se reflete em indicadores como o índice de escolaridade atingido pelas crianças (Engle, 2010); o que, por seu turno, contribuirá para perpetuar o ciclo de condições de risco que passa para a geração seguinte: “quando se tornam adultos, essas crianças tendem a ter filhos mais cedo, estar desempregados, receber menos, e ter pior saúde física e mental” (Chen, et al., 2010, p. 115). Para além disso, estando a pobreza ligada a escassez ou inadequada alimentação na infância, carências específicas (e.g. insuficiência de ferro, aliada também à menor alimentação ao peito em bebés de famílias de risco) têm sido associadas a atrasos mentais ou a déficits cognitivos na infância e adolescência e/ou diferenças no QI entre crianças pobres e não pobres (Chen et al., 2010; Papalia, Olds e Feldman, 2007).

Os efeitos da pobreza no desenvolvimento estendem-se assim como tentáculos em diversas direções, os próprios mecanismos que conferem resistência aos cuidadores são vulneráveis ao estatuto socioeconómico, às desvantagens sociais e ao racismo. A pobreza gera, ela própria, outros factores de risco (e.g. podemos ter cuidadores negligentes ou até maltratantes que não o seriam em situações económicas diversas) (Garbarino e Ganzel, 2000). Por outro lado, se as crianças em risco ambiental beneficiariam (proporcionalmente mais do que as outras) com creches de qualidade, elas tendem precisamente a não lhes terem acesso (Davies, 2011). A situação agrava-se quando os stressores externos interagem com factores de risco parentais (Davies, 2011):

Uma criança que caminha só para a escola, num bairro perigoso, todos os dias, pode estar exposta a frequentes atos de violência, venda de drogas ilegais e intimidação por *gangs*. Se a criança tem consciência que os seus pais não a conseguem proteger desses perigos, a sua vulnerabilidade à influência de pares antissociais aumenta, pois estes são percebidos como mais poderosos do que os adultos que não a conseguem proteger (Davies, 2011, p. 89).

A acumulação de factores de risco deteriora o desenvolvimento e a *ausência de factores de protecção* aumenta a vulnerabilidade (Dunst, 1993; Dunst e Trivette 1997). A abordagem ecológica-sistémica de Bronfenbrenner – um dos pilares teóricos da IP na infância – permite compreender a intrincada rede de influências que a adversidade ambiental *versus* factores de protecção induz nas condições de desenvolvimento. As experiências de cada indivíduo ocorrem num contexto de múltiplos subsistemas que pertencem a outros sistemas “como uma rede de estruturas encaixadas sucessivamente umas nas outras, à semelhança dos conjuntos de bonecas russas” (Garbarino e Ganzel, 2000, p.78). A interpretação dos factores implicados no desenvolvimento da criança envolve o sistema mais imediato do comportamento – e.g. o *temperamento* da criança pode ser “difícil” em casa (*microsistema* familiar) mas ser “fácil” na creche, como a consideração do *mesossistema* (ligações entre diferentes microsistemas onde a criança

se move). A consideração do *exossistema* (sistemas nos quais a criança não se encontra, mas que influenciam as condições de vida) dá novos dados acerca do funcionamento nos sistemas anteriores: e.g., o local de trabalho da mãe permite sair mais cedo se a criança estiver doente? Ou, o local de trabalho possui creche para os bebés? Estas influências sucessivas são também afectadas pelo *macrossistema*, isto é, pelo conjunto de valores culturais, religiosos, dominantes no grupo a que pertence a criança (e.g., ditando o tipo de práticas educativas ou acesso limitado à escolaridade para raparigas); e, num outro nível, pelas medidas sociais de apoio à maternidade (Davies, 2011; Garbarino e Ganzel, 2000, Papalia, et al., 2008). A consideração destes sucessivos níveis de estruturas que contextualizam o meio de desenvolvimento permite encontrar *oportunidades* diversas (e.g. fora da família nuclear), e também de identificar *situações de risco* que poderiam não ser visíveis numa análise mais centrada no microssistema inerente às rotinas diárias da criança. Retomando o exemplo anterior da criança que vai a pé para a escola num bairro perigoso, a situação seria bem diferente se, mesmo permanecendo o factor pobreza económica na família, o bairro em que a criança se movesse não oferecesse perigo, ou, se o pai a conseguisse proteger – justificando-se a abordagem transaccional-ecológica para a IP (Guralnick, 2011; Sameroff e Fiese, 2000).

A IP em risco ambiental – influências ambientais na qualidade dos cuidados parentais

Para além do património genético, os pais influenciam o desenvolvimento das crianças pela forma como exercem a parentalidade. Vimos, com Petit (2004), uma série de variáveis ligadas à parentalidade tidas como factor de risco para o desenvolvimento da criança. A consideração da qualidade das relações precoces justifica-se pelos efeitos a longo a prazo que terá no desenvolvimento. A teoria da vinculação vem há muito

especificando alguns desses efeitos duradouros (Machado, 2004). Dada a dependência total da criança pequena, a construção de representações do *self*, das relações e do mundo, estão dependentes da forma como estes lhe “são apresentados” pelos cuidadores; assim como depende destes a construção inicial da regulação dos afetos (Connell-Carrick, 2010; Davies, 2011; Machado, 2004; 2009). Não sendo “mentalizados” na criança pequena, estes não são questionados, passando a funcionar de forma como que “automática” (i.e. os modelos internos do self e das relações).

A relevância da qualidade dos cuidados parentais tem sido analisada em estudos em diferentes países (em desenvolvimento *versus* industrializados): recorrendo à HOME (escala que permite avaliar a qualidade do ambiente familiar), Bradley e Corwyn (2005, in Engle, 2010), destacam três dimensões que se revelam fundamentais no desenvolvimento das crianças e que variam consoante o país/cultura: (a) calor/responsividade; (b) disciplina/punição severa; (c) estimulação/educação. As dimensões calorosas/responsivas e estimulantes/ensino apresentam, de modo consistente, associações significativas com resultados desenvolvimentais indicadores de competência na criança.

Sendo também determinada pelo meio no qual as famílias vivem, a relação cuidador-criança tem de ser enquadrada no contexto mais amplo (contemplando factores sócio-económicos, cultura, bem-estar psicológico do cuidador, características da criança, clima da comunidade) (Chen, et al., 2010; Felner, 2006). Por exemplo, num estudo promovido pela UNICEF, foi criado um instrumento (adaptado da HOME), para avaliar variações globais nos ambientes familiares (Engle, 2010), permitindo identificar condições ambientais que têm mostrado promover cuidados parentais adaptativos e identificar, em *ambientes de risco*, os factores que podem ser mobilizados para compensar práticas nocivas ao desenvolvimento (Engle, 2010; Osofsky e Thompson,

2000). Estudos diversos têm mostrado variáveis dos cuidados parentais que concorrem para aumentar, num verdadeiro ciclo-vicioso, o risco ambiental para a criança; Osofsky e Thompson (2000), destacam o risco das situações ambientais inerentes ao consumo de drogas, violência, mães adolescentes e psicopatologia parental – situações usadas como exemplo para destacar o efeito de *ciclo vicioso do risco*, justificando a abordagem sistêmica desenvolvimental em IP (Guralnick, 2011).

Consumo de drogas

São muitos os trabalhos que expõem os riscos, para o desenvolvimento da criança, do consumo de drogas pelos cuidadores. Para além do comprometimento a nível biológico (no consumo pré-natal), a parentalidade em si mesma é afectada: a disponibilidade e sensibilidade afectiva do cuidador ficam comprometidas, inviabilizando a construção da reciprocidade essencial (Osofsky e Thompson, 2000; Connel-Carrick, 2010). A falha na reciprocidade é explicada por três ordens de factores: *a)* a exposição pré-natal às drogas afectou o desenvolvimento do bebé, repercutindo-se, nomeadamente, na labilidade dos estados de humor – i.e. temperamento (o que torna o bebé mais “difícil”, para pais “menos competentes”); *b)* o consumo prolongado de algumas drogas (e.g., cocaína) afecta o funcionamento neuropsicológico do cuidador (e.g., memória a curto prazo, orientação para tarefas, níveis de atenção comprometidos, e reduzidos níveis de concentração) (in Osofsky e Thompson, 2000). Aumenta também o risco de desordens psiquiátricas, variáveis que, por seu turno, comprometem a capacidade para responder às necessidades do bebé; *c)* o consumo de drogas está geralmente associado a outros factores de risco do ambiente, como negligência, elevados níveis de violência, pobreza, abrigos precários e isolamento social (Osofsky e Thompson, 2000). Quando falamos no consumo de drogas nos pais não nos referimos a um, mas múltiplos factores de risco que se conjugam e predisõem situações de

negligência e abuso (Connell-Carrick, 2010; Lester, Andreozzi e Appiah, 2004). Nos EUA aproximadamente 75% das crianças vítimas de mau trato sofreram negligência entre os 0 e os 3 anos, e os estudos sugerem que crianças menores de 1 ano têm duas vezes mais probabilidade de ser negligenciadas do que em qualquer outra idade (Connell-Carrick, 2010). As necessidades desenvolvimentais do bebê e criança pequena tornam-nos particularmente vulneráveis aos efeitos referidos; sendo que esses efeitos podem ter já comprometido áreas diversas que inviabilizam o desenvolvimento óptimo a longo prazo.

Violência ambiental

A exposição constante a ambientes de violência (e.g. bairros problemáticos) induz stress acrescido aos cuidadores e tem sido associada a sentimentos de impotência e frustração dos pais que se sentem incapazes de proteger as crianças (Connell-Carrick, 2010; Osofsky e Thompson, 2000). Os distúrbios sociais em Agosto de 2011 no Reino Unido, perpetrados por crianças e jovens dos bairros mais pobres e de famílias com subsídios vem relançar as questões sobre a intervenção e programas educativos. Em situações adversas, o stress nos cuidadores afecta a sensibilidade, responsividade e aumenta a depressão materna, conflitos maritais e práticas parentais punitivas (Chen et al., 2010; Tornberry e Krohn, 2004); “crescer em famílias e zonas atingidas pela pobreza traduz-se na exposição prolongada a uma variedade de défices, que podem culminar em percursos anti-sociais graves (...)” (Tornberry e Krohn, 2004, p.146). Considerando que o desenvolvimento de competências sócio-emocionais (e.g. auto-regulação) se inicia na infância, estudos longitudinais como o de Tremblay e colaboradores no Canada, observações do NICHD (National Institute of Health and Child Development, nos EU), ou o NLSY (National Longitudinal Survey of Youth, nos EU), sugerem que crianças vivendo em situação de pobreza (em países

industrializados²) exibem, mais precocemente, hostilidade para com os outros, comportamentos externalizantes (e.g. violência e hostilidade) e internalizantes (depressão e isolamento), propiciando a escalada do risco (Chen et al., 2010). O efeito do ambiente desfavorável de zonas urbanas degradadas é bastante mediado pelos seus efeitos na família (e escola), sendo estas fontes de risco próximas que comprometerão o desenvolvimento das crianças (Rutter, 2004), pelo que muitos dos factores de risco devem considerados como indicadores e não como mecanismos (Rutter, 2004).

Mães adolescentes

As mães adolescentes estão invariavelmente associadas a situações de risco para o desenvolvimento das crianças. As interações entre mães adolescentes e bebés têm sido descritas como diferindo qualitativa e quantitativamente das interações com mães adultas (Osofsky e Thompson, 2000). A regulação emocional tende a privilegiar afectos negativos (e.g., o bebé chora, a mãe grita), e as pistas afectivas são mal interpretadas; sendo que as implicações destes desencontros se repercutem desde cedo no desenvolvimento (e.g. mais vinculações inseguras, que se não determinam, em si mesmas, ulteriores problemas de desenvolvimento sócio-emocional, constituem um factor de risco para eles) (Connell-Carrick, 2010; Guralnick, 2008). As intervenções com mães adolescentes devem centrar-se na promoção das capacidades de empatia para com o bebé: “A adolescência é um período desenvolvimental em que os sujeitos tendem a focar-se essencialmente em si mesmos (...). Assim, uma criança interfere com a focalização egocêntrica do adolescente” (Osofsky e Thompson, 2000, p.64). Acresce a estes riscos o facto de muitas destas mães viverem em ambientes também eles de risco

² Nos países em desenvolvimento os riscos ambientais são acrescidos para as crianças pequenas; para além dos factores citados, o risco de pandemias por HIV, migrações, conflitos e morte prematura das mães torna-as particularmente vulneráveis (Engle, 2010). Estima-se que das crianças em *risco ambiental* (menores de 5 anos), 11% se encontrem nos países industrializados (cujas observações suportam a maioria dos estudos em IP) e 89% vivam em países em desenvolvimento (Engle, 2010).

(cf. exossistema – desemprego, pouco suporte social, carências económicas) (Connell-Carrick, 2010; Edin e Kissane, 2010).

Psicopatologia parental

A psicopatologia parental, comprometendo as capacidades de cuidar das crianças, encontra-se frequentemente associada a outras condições de risco ambiental, já focadas (ambientes violentos, mães adolescentes, consumo de drogas, percepções de si e da criança distorcidas) (Connell-Carrick, 2010; Hammen, 2003; Seifer, 2008). Os estudos sobre depressão materna, frequentemente observada em grupos socioeconómicos baixos e com elevados níveis de stress, têm mostrado como esta se associa a práticas parentais desajustadas (i.e. inatenções, não-responsivas, intrusão, ausência de disciplina e percepções negativas da criança). As mães deprimidas têm dificuldade na regulação dos afectos e tendem a estar dessincronizadas com as suas crianças. Como os bebés de mães deprimidas tendem a apresentar menos respostas afectivas, mais irritabilidade e níveis de atividade mais reduzidos, instala-se o ciclo vicioso na relação negativa (Hammen, 2003; Powell, 2010).

Considerações finais

A pobreza contínua nas crianças pequenas tem efeitos devastadores no desenvolvimento (índices mais baixos nas avaliações cognitivas e verbais ao longo da escolaridade, graus académicos mais baixos, mais probabilidade de reprovar e maiores índices de abandono escolar precoce) (Chen et al., 2010; Dearing, et al., 2008; NICHD, 2005). O efeito da pobreza durante os primeiros anos de vida é mais avassalador do que posteriormente (Davies, 2011; Dearing et al., 2008; Garbarino e Ganzel, 2000; Shonkoff et al., 2012). As teses originais que nortearam a criação dos programas de IP surgem hoje mais reforçadas, referindo Powell (2010) quatro motivos gerais para a IP face ao

risco ambiental: 1) reconhecimento dos efeitos devastadores a longo prazo da pobreza vivida na infância; 2) dados estatísticos indicadores da elevada percentagem de abuso e negligência nas crianças em situação de pobreza; 3) incapacidade destas famílias proverem um ambiente de cuidado adequado às crianças; 4) a noção de que a prevenção no início da vida constitui um prudente investimento no futuro capital social. Retomam-se as ideias basilares dos programas iniciais de IP: a) a sociedade é responsável pela proteção e cuidados à criança pequena; b) devem ser asseguradas as necessidades educativas das crianças mais vulneráveis, seja tal vulnerabilidade devida a situações de deficiência ou a condições de pobreza/privação; c) é sempre preferível a prevenção ao tratamento (Alves, 2009).

A pobreza constitui o maior, de todos, os factores de risco [no desenvolvimento]. A pobreza das famílias encontra-se correlacionada com os cuidados prestados às crianças em idade escolar, com o fracasso académico, com o crime violento... Virtualmente, todos os outros factores de risco que contribuem para deteriorar o desenvolvimento podem encontrar-se em proporções muito mais elevadas nas crianças pobres (Schorr, 1988, in Felner, 2006, p. 125).

Atualmente, nos países industrializados, a percentagem de casos de pobreza em crianças de minorias são significativamente superiores às das outras crianças (Davies, 2011; Dearing, et al., 2008; Edin e Kissane, 2010; Felner, 2006; Papalia, et al., 2007). Nas situações de pobreza crónica, as condições de risco influem nos diversos níveis do ecossistema inerente ao meio onde se desenvolve a criança. Sameroff e colaboradores (in Garbarino e Ganzel, 2000), ao estudarem as relações entre o QI das crianças aos 4 anos e a presença de factores de risco diversos (e.g., pobreza, ausência do pai, baixa educação parental, práticas educativas rígidas e punitivas, estatuto de minorias, abuso de drogas nos pais, doença mental da mãe, famílias numerosas) destacam a acumulação dos factores de risco como o que mais contribui para o menor índice de desenvolvimento intelectual. Os primeiros anos de vida são particularmente *sensíveis* aos efeitos negativos do risco ambiental na cognição, desempenhos e linguagem

(Dearing, et al., 2008). Estes efeitos são mediados pelo impacto que as condições de pobreza terão na saúde física da criança pequena (infecções, doenças crónicas tratadas parcamente, exposição a tóxicos, má nutrição, faltas à escola por doenças constantes). O paradigma de intervenção contemporâneo repousa numa “análise *compreensiva, multicausal e não-específica*” (Felner, 2006). Este modelo defende que: “(1) a maioria das perturbações que procuramos prevenir têm subjacente um vasto número de factores de risco comuns; (2) as condições que geralmente protegem de uma perturbação, protegem igualmente outras; (3) existem vulnerabilidades pessoais que aumentam a susceptibilidade individual ao início do desencadear de uma série de perturbações” (Felner, 2006, p.137). Por outro lado, a sensibilidade dos primeiros anos às influências externas no desenvolvimento justifica a precocidade exigida à intervenção – essa sensibilidade (ligada à plasticidade desenvolvimental e funcional do cérebro) funciona “nos dois sentidos”, isto é, no da “normalidade” e no da “psicopatologia” (Rutter, 2004).

O desafio que se coloca hoje consiste na adaptação do modelo de IP de forma a respeitar a “(...) notória diversidade de características das crianças e famílias”, sendo que tal diversidade é particularmente incisiva naquelas famílias onde falham os recursos pessoais e materiais para apoiar o desenvolvimento das crianças – *a dimensão ambiental (ou social) do risco, aumenta os desafios colocados à IP* (Guralnick, 2011, p.6, sublinhados nossos).

Referências

Abrams, L., e Portwood, S. G. (2010). Protecting children in their homes. Effective prevention programs and policies. In J. M. Lampinen e K. Sexton-Radek (Eds.), *Protecting children from violence. Evidence-based interventions* (pp. 35-56). New York: Psychology Press.

- Alves, M. M. (2009). *Intervenção precoce e educação especial. Práticas de intervenção centradas na família*. Viseu: PsicoSoma.
- Barbosa, D. C. (2007). Da concepção ao nascimento, a razão da intervenção precoce. *Estilos da Clínica*, 12 (3), 68-77.
- Belsky, J., e Jaffee, S. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti e D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology* (2ª ed, pp.38-77). New York: Wiley.
- Carpenter, B., Blackburn, C., e Egerton, J. (2009). European developments in early childhood intervention – Introduction. In B. Carpenter, J. Schloesser e J. Egerton (Eds.), *European Developments in Early Childhood Intervention*. Consultado em http://www.eurlyaid.net/eurlyaid_european%20developments1.html
- Chen, J. J., Hetzner, N. P., e Brooks-Gunn, J. (2010). Growing up in poverty in developed countries. In J. G. Bremner, e T. D. Wachs (Eds.), *The Wiley-Blackwell Handbook of Infant Development*, 2ª ed., (vol.2, pp.115-139). Blackwell Publishing.
- Coll, C. G., e Magnuson, K. (2000). Cultural differences as a source of developmental vulnerabilities and resources. In J. Shonkoff e S. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention*, 2ª ed (pp.94-114). New York: Cambridge Press.
- Connell-Carrick, K. (2010). Child abuse and neglect. In J. G. Bremner, e T. D. Wachs (Eds.), *The Wiley-Blackwell Handbook of Infant Development*, 2ª ed., (vol.2, pp.165-191). Blackwell Publishing.
- Curtis, W. J., e Nelson, C. A. (2003). Toward building a better brain. Neurobehavioral outcomes, mechanisms, and processes of environmental enrichment. In S.S. Luthar (Ed.). *Resilience and vulnerability. Adaptation in the context of childhood adversities*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Davies, D. (2011). *Child development. A practitioner's guide*, 3ª ed., New York: Guilford Press.
- Dearing, E., Berry, D., e Zaslow, M. (2008). Poverty during early childhood. In K. McCartney, e D. Phillips (Eds.), *Blackwell handbook of early childhood development* (pp. 399-423). MA: Blackwell Publishing.
- Dunst, C. J. (1993). Implications of risk and opportunity factors for assessment and intervention practices. *Topics in Early Childhood Education*, 13 (2), 143-153.
- Dunst, C. J., e Trivette, C. M. (1997). Early intervention with young at-risk children and their families. In R. Ammerman e H. Hersen (Eds.), *Handbook of prevention and*

- treatment with children and adolescents: Intervention in the real world* (pp.157-180). New York: John Wiley & Sons.
- Edin, K., e Kissane, R. J. (2010). Poverty and the American family: A decade in review. *Journal of Marriage and Family*, 72, 460-479.
- Engle, P. (2010). Infant Development in the developing world. In J. G. Bremner, e T. D. Wachs (Eds.), *The Wiley-Blackwell handbook of infant development*, 2ª ed., (vol.2, pp.140-164). Blackwell Publishing.
- European Agency for Development in Special Needs Education (2005). *Intervenção Precoce na Infância – Relatório Síntese*. <http://www.european-agency.org/eci/eci.html> (consultado em Outubro de 2011).
- Felner, R. D. (2006). Poverty in childhood and adolescence. A transactional-ecological approach to understanding and enhancing resilience in context of disadvantage and developmental risk. In S. Goldstein e R. B. Brooks (Eds.), *Handbook of resilience in children* (pp.125-147). New York: Springer.
- Galezewski, J. (2010). Exposure to violence. Who is most affected and why? In J. M. Lampinen e K. Sexton-Radek (Eds.), *Protecting children from violence. Evidence-based interventions* (pp. 13-34). New York: Psychology Press.
- Garbarino, J., e Ganzel, B. (2000). The human ecology of early risk. In J. Shonkoff e S. Meisels (Eds.). *Handbook of early childhood intervention*, (2ª ed., pp. 76-93). New York: Cambridge Press.
- Guralnick, M. J. (2008). Family influences on early development: Integrating the science of normative development, risk and disability, and intervention. In K. McCartney, e D. Phillips (Eds.), *Blackwell handbook of early childhood development* (pp. 44-61). MA: Blackwell Publishing.
- Guralnick, M. J. (2011). Why early intervention works: A systems perspective. *Infants & Young Children*, 24 (1), 6-28.
- Hagen, J. W., e Lamb-Parker, F. G. (2008). Head-Start. In M. M. Haith e J. B. Benson (Eds.), *Encyclopedia of Infant and Early Childhood Development*, Vol. 2 (pp.63-72). Oxford: Elsevier.
- Hammen, C. (2003). Risk and protective factors for children of depressed parents. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability. Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 50-75). Cambridge: Cambridge University Press.
- Haskins, R. (1989). Beyond metaphor. The efficacy of early childhood education. *American Psychologist*, 44 (2), 274-282.

- ISEI (2010). General information in International Society on Early Intervention, Consultado em <http://depts.washington.edu/isei/>
- Knapp, M. (2008). Health economics. In M. Rutter, D. Bishop, et al. (Eds.), *Rutter's child and adolescent psychiatry*, (5^a ed., pp. 123-133). Malden: Blackwell Publishing.
- Lester, B., Androozzi, L., e Appiah, L. (2004). Substance use during pregnancy: time for policy to catch up with research. *Harm Reduction Journal*, 1 (5), 1477-1521.
- Machado, T. S. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Crianças a adolescentes. Uma abordagem multidisciplinar* (pp. 291-321). Coimbra: Almedina.
- Machado, T. S. (2009). Vinculação aos pais: retorno às origens. *Psicologia Educação e Cultura*, XIII (1), 139-156.
- McWilliam, P. J. (2003). Entender as preocupações, prioridades e recursos da família. In P. J. McWilliam, P. J. Winton, e E. R. Crais (Eds.), *Estratégias práticas para a intervenção precoce centrada na família* (pp. 39-64). Porto: Porto Editora.
- Moor, J. M. H., Van Waesberghe, B. T., Hosman, J. B. L., e Miedema, S. (1993). Early intervention for children with developmental disabilities: Manifesto of the Eurlyaid working party. *International Journal of Rehabilitation Research*, 16, 23-31. Consultado em http://www.eurlyaid.net/eurlyaid_manifesto.html
- Nelson, C. (2000). The neurobiological bases of early intervention. In J. Shonkoff e S. Meisels (Eds.). *Handbook of early childhood intervention* (2^a ed.) (pp. 204-227). New York: Cambridge Press.
- NICHD Early Child Care Research Network (2005). Duration and developmental timing of poverty and children's cognitive and social development from birth through third grade. *Child Development*, 76, 795-810.
- Oden, S., Schweinhart, L. J., e Weikart, D. P. (2000). *Into adulthood: A study of the effects of Head Start*. Michigan: High/Scope Press.
- Osofsky, J. O., e Thompson, M. D. (2000). Adaptive and maladaptive parenting: Perspectives on risk and protective factors. In J. Shonkoff e S. Meisels (Eds.). *Handbook of early childhood intervention* (2^a ed., pp. 54-75). New York: Cambridge Press.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., e Feldman, R. D. (2007). *Human Development*, 10th ed., New York: McGraw-Hill.

- Petit, C. (2004). Risco (Indicadores de). In D. Houzel, M. Emmanuelli, F. Moggio (Eds.), *Dicionário de Psicopatologia da Criança e do adolescente* (pp. 893-894). Lisboa: Climepsi.
- Powell, D. R. (2010). Early intervention. In G. Bremner, e T. D. Wachs (Eds.), *The Wiley-Blackwell Handbook of Infant Development* (2ª ed., vol.2, pp. 334-357). Blackwell Publishing.
- Ramey, C., e Ramey, S. (1998). Early intervention and early experience. *American Psychologist*, 53 (2), 109-120.
- Rutter, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade: análise de alguns percursos cruciais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime. Da infância à idade adulta* (pp. 11-38). Coimbra: Almedina.
- Sameroff, A. J., Gutmann, L. M., e Peck, S. C. (2003). Adaptation among youth facing multiple risks. Prospective research findings. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability. Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 364-391). Cambridge: Cambridge University Press.
- Schuck, A. M. (2005). Explaining Black-White disparity in maltreatment: Poverty, female-headed families, and urbanization. *Journal of Marriage and Family*, 67 (3), 543-551.
- Seifer, R. (2008). Young children with mentally ill parents: Resilient developmental systems. In K. McCartney, e D. Phillips (Eds.), *Blackwell handbook of early childhood development* (pp. 29-49). MA: Blackwell Publishing.
- Shonkoff, J. P. (2009). Investment in early childhood development lays the foundation for a prosperous and sustainable society. In R. E. Tremblay, R. G. Barr, R. DeV. Peters, e M. Bovin (Eds.), *Encyclopedia on early childhood development* (pp.1-5)[online]. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development. Consultado em <http://www.child-encyclopedia.com/documents/ShonkoffANGxp.pdf>.
- Shonkoff, J. P. (2010). Building a new biodevelopmental framework to guide the future of early childhood policy. *Child Development*, 81 (1), 357-367.
- Shonkoff, J. P., Garner, A. S., et al. (2012). The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics*, 129 (1), 2232-e246. DOI: 10.1542/peds.2011-2663.
- Shonkoff, J. P., e Phillips, D. A. (Eds.). (2000). *From neurons to neighbourhoods: The science of early child development*. Washington, DC: National Academy of Science.

Environmental risk and development through infancy: justifying early intervention

Teresa Sousa Machado

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Abstract: Early Intervention, as a practice designed to promote developmental conditions that ensure the social inclusion of all children and their families, is an international project that proposes to defend equitable developmental opportunities. The recognition of the harmful effects of environmental risk has led the development of EI in childhood; and is reinforced today by financial instability in many industrialized countries. Recent updates suggest the adoption of Shonkoff ecobiodevelopmental framework, in childhood adversity investigation and intervention. Early intervention's practices are strengthened, with a transactional-ecological approach guiding intervention programs. The effects of some of the variables related to parenting – in environmental risk situations – are discussed, as an example of the lifelong effects of early childhood adversity.

Key-Words: Environmental risk, early intervention, development, childhood, family